

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

History and discourse: a Contribution to the Debate on Historic Realism

Jurandir Malerba¹

Resumo

O texto busca aprofundar dois postulados axiomáticos da teoria do conhecimento pós-moderna – se assim podemos chamá-la – que são sua teoria da linguagem e sua veemente negação do realismo; em seguida, trata essa discussão conceitual trazendo-a mais próxima ao nosso campo, para discutir as premissas e os desdobramentos daqueles postulados na prática da escritura histórica pós-moderna, fundamentada no anti-realismo histórico e no narrativismo. Depois de esboçado o quadro geral, sempre de um ponto de vista crítico, indica algumas diretrizes teóricas para o enfrentamento do argumento anti-realista de que é o discurso que funda, institui, cria a realidade, o mundo, a história.

Palavras-chave: História, Discurso, Realismo Histórico.

Julho de 2006. Uma foto: a do massacre de Qana (Líbano), estampando o corpo de um bebê de pijama imobilizado feito estátua sob uma camada de reboco. A imagem da chupeta presa à roupa com o alfinete, as dobrinhas do cotovelo, a expressão de sono transfigurada pela eternidade, detalhes pungentes que acabam gravados na memória. Ela mostra, na sua impressionante simplicidade, a que vêm as guerras: infligir dor em proporções devastantes. Dor no corpo de quem vai e dor na mente de quem fica.²

Mai de 2006. Uma onda de pânico faz parar a maior e mais rica cidade do país e espalha pânico pelo Estado de São Paulo.

¹ Professor de Teoria da História junto ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Júlio de Mesquita Fo, Unesp, campus de Franca.

No quarto dia de terror provocado pela facção criminosa PCC, contabilizavam-se 184 atentados, com 81 mortos, 49 feridos, 85 ônibus queimados e 18 agências e 8 fóruns foram incendiados no Estado. (Ao fim de uma semana, segundo o IML, foram mais de 400 óbitos por arma de fogo em todo Estado de São Paulo.) As empresas de ônibus tiraram os coletivos das ruas, e cerca de 5,5 milhões de pessoas ficaram sem transporte, fazendo com que 3 em cada 10 alunos faltassem, assim como a ausência de funcionários e professores prejudicou 50% das escolas da grande São Paulo.

Setembro de 2004. Quarta-feira, 1º de setembro, 9h30 da manhã. Fim das férias de verão no hemisfério norte. Crianças voltam às aulas em uma escola desconhecida de uma república desconhecida na Rússia. Cinquenta e três horas depois, o mundo assiste perplexo à morte de 339 pessoas no mais sangrento atentado terrorista de 2004. As crianças não puderam se alimentar ou beber água durante as 53 horas em que permaneceram como reféns dos terroristas tchetchenos. Para matar a sede, começaram a beber a própria urina. Uma das sobreviventes contou ao canal russo de televisão NTV que ela e seus colegas da cidadezinha de Beslan urinavam dentro de garrafas e depois, para beber, usavam as roupas como filtro atado ao gargalo.

Março de 2004. Dez bombas explodiram entre 7h39 e 7h41 em algumas das principais estações de trem e metrô de Madri, capital da Espanha. A carnificina deixou um saldo de 202 mortos e dezenas de feridos.

Outubro de 2002. Um teatro de barbárie. Cerca de 50 rebeldes tchetchenos, fortemente armados, tomaram o edifício enquanto um público de mais de 700 pessoas assistia a apresentação do musical russo “Nord-Ost” (Norte-Leste). Os rebeldes, entre eles dez mulheres, tinham bombas presas a seus corpos. Exigiram que a Rússia se retirasse da Tchecenia. Cento e quinze reféns morreram por causa dos efeitos do gás e mais 200 foram internados por intoxicação. Os reféns foram executados e não houve nenhuma vítima por parte dos soldados russos.

Preâmbulo

Essas e muitas outras notícias ecoaram estrondosamente por todos os veículos de comunicação. Haverá quem as trate de factóides, de criações midiáticas para vender notícia, de discursos produzidos e consumidos como mercadorias; de discursos ideológicos de líderes políticos oportunistas. São acontecimentos luminosos, que mexeram com a vida de muitas pessoas, as que os viveram e as que deles tomaram conhecimento. Além das violências urbana ou oriunda de atos terroristas e guerras, sempre traumáticas, há outros tipos mais

silenciosos, de que muitas vezes não tomamos conhecimento por ação ou por omissão. Fatos, digamos, como as guerras permanentes no continente africano, que mutilam e matam, por arma, doença, fome e toda sorte de flagelo, milhões de pessoas por ano. Ou a exclusão social em todo o mundo, a fome, a miséria, o preconceito social, racial, sexual, religioso...

O exercício de poder é outro tipo de flagelo que vitima milhões de pessoas. Pensemos apenas na grande onda de escândalos de corrupção que varreu o Brasil nos últimos dois anos. Homens públicos que se desviam de suas funções para benefícios particulares ilícitos de uma monta tal que nunca se viu. Está em todos os noticiários. Um jornalista avaliou bem as conseqüências da corrupção e da impunidade: os que roubam do sistema de saúde assassinam e causa sofrimento e humilhação aos pobres e doentes de hoje; os que roubam da Educação subtraem o futuro às crianças, criam os marginais de amanhã. Haverá, aqui também, quem venha sustentar que esse é um discurso panfletário, um humanismo retrógrado, que a coisa não é bem assim – ou que sempre foi assim e não há recurso.

Diante de uma realidade tão avassaladora, tão perversa, como nós historiadores nos posicionamos? Como respondemos? Como temos tentado explicar os processos que culminaram em quadros tão complexos e, muitas vezes, terríveis? Que respostas temos formulado a essas questões que, parece-me, são algumas das mais substantivas do nosso tempo?

Arrisco uma hipótese: temos oferecido poucas respostas, porque não temos levantado as questões que nos caberia responder. E isso acontece em função do próprio cenário intelectual vigente em nosso tempo, que começou a ser configurado há cerca de três ou quatro décadas.

1 Introdução

Parece o eterno retorno do mesmo, depois de tudo ainda. Temos que voltar, voltar, para ver onde tudo começou, onde nos encontramos agora. Lembro-me que muito recentemente, ali por volta da queda do Muro de Berlim, alguém sentenciou de modo enfático que a histórica havia chegado ao fim. Tiros para lá, tiros para cá e hoje o fim da história tornou-se um não-tópico. Principalmente depois dos atentados ao WTC, onde algum grande observador anônimo afixou um cartaz junto às grades em torno à cratera aberta no coração de Nova York, onde se lia o epitáfio: “Rest in Peace Francis Fukuyama”. A história “enterrava” seu algoz sob os escombros de 21 de Setembro. E o autor nipo-americano, após desfrutar de seus quinze minutos de glória, houve de retornar ao limbo do anonimato, de onde jamais deveria ter saído.

O “fim da história” – hegelianamente sugerido por Fukuyama, de que, depois da última pá de cal jogada no projeto socialista com o fim da União Soviética, a civilização humana conheceu o último degrau de sua evolução histórica e nada mais acontecerá fora do quadro vigente do capitalismo planetário ou globalizado³ – foi só mais um dentre os inúmeros ataques cotidianos que atinge esse nosso campo da história. Uma impugnação muito mais sofisticada, porém, começou a ser elaborada lá pela década de 1960, com o advento pós-estruturalista – e esta hoje se encontra muito mais sutilmente arraigada nos campos e canteiros dos historiadores. Muitas confrontações se anunciaram, mas o encontro não aconteceu. Esse outro “fim da história”, proposto por pós-estruturalistas e renovado pelos seus herdeiros intelectuais, os pós-modernistas, é mais sutil porque, autorizando o debate da história apenas no plano do discurso sobre a história, renega *grosso modo* a ontologia da existência humana como existência histórica. E por isso o debate não aconteceu. Porque cada lado se guardou em sua trincheira, fez profissão de fé em suas próprias premissas e não se permitiu adentrar a arena para o diálogo. O campo argumentativo seria o único lugar para resolução da contenda ou, pelo menos, para a qualificação do debate.

Algo, porém, me faz insistir e voltar a esse tema com validade vencida – o realismo histórico. Um incômodo talvez, um conjunto de intuições, de percepções. Uma inquietação exasperada por entender como intelectuais com formação profissional conseguem eliminar qualquer suposição, a mais formal que seja, de que possa existir uma “realidade histórica”. A história é inefável, produto da fala dos homens e mulheres. A história é nada, senão uma inflexão do discurso. Isso cheira (mal) à teoria. Creio que as questões só poderão ser devidamente formuladas e alguma resposta alcançada se dentro desse campo minado da teoria. Voltarei a essas inquietações quase existenciais na última seção deste ensaio.

Hoje, quem trabalha profissionalmente com história, particularmente com disciplinas teóricas, em cursos de graduação ou pós-graduação como na orientação de trabalhos de conclusão de curso, é capaz de diagnosticar a vigência de um imenso *défict* teórico na formação de nossos estudantes. É como se vivêssemos uma época de paradoxo, por assim dizer. Talvez nunca se tenha escrito e discutido tanto teoria como hoje em dia, quando, justamente, esse *défict* teórico alcança um patamar inédito. Penso que talvez possamos atribuir esse fato a estarmos vivendo o que o Prof. Boaventura de Souza Santos chamou, para o campo de toda epistemologia, de uma época de transição paradigmática. Muitas certezas vigentes durante décadas, mesmo séculos, escorrem como areia por entre nossos dedos. Princípios cognitivos solidamente assentados se esboroam. Parafraseando

Marshall Berman, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Mas pouco ainda conseguimos discernir com clareza sobre o que ficará no lugar.⁴

Fundamentos até então solidamente construídos como o imperativo da busca da verdade (seja lá isso o que for) e da objetividade do conhecimento histórico, as relações de causalidade entre sujeitos, acontecimentos, estruturas e processos, a busca e os limites da explicação e da interpretação históricas, o *status* da história no concerto das ciências sociais (e a questão da interdisciplinaridade), os procedimentos metódicos inescapáveis a quem praticasse a história como ciência – todos esses fundamentos, construídos ao longo de séculos, num lapso minúsculo de tempo foram visceralmente contestados.

Não é o caso de pretender resgatar aqui um processo tão rico e plural, mas apenas indicar que, no campo da história, muito desse sentimento de perda de referenciais deve-se ao amplo movimento intelectual do chamado *linguistic turn* e do *cultural turn*, que desde a década de 1960, atingindo todas as ciências sociais e Humanidades em geral, procurou por terra os modos de pensar herdeiros do pensamento racionalista forjados desde o Iluminismo. Estou falando, obviamente, da contribuição iconoclasta de pensadores ligados ao pós-estruturalismo e, *moto continuo*, ao pós-modernismo.

Mas penso que é importante, neste momento de perda do Norte, voltar a levantar algumas questões de fundo do pensamento histórico – pensar esses fundamentos do pensamento histórico – ou seja, pensar teoricamente. Questões fundamentais que apenas espíritos diferenciados como Marc Bloch⁵ levantaram com singela clareza e profundidade:

- O que é e para que serve a história?
- Que tipo de conhecimento dela podemos ter?
- Qual sua função dentro das sociedades?
- Como se fundamenta esse tipo tão específico e tão limitado da história como ciência?

Tenho a impressão de que nossos estudantes são às vezes pouco provocados a responder a esse tipo de indagação, da qual decorrem inúmeras outras possíveis. Penso que a teoria tem um papel fundamental na formulação de tais problemas e em suas possíveis e sempre provisórias respostas. Muitas delas, aliás, poderão mesmo soar extemporâneas para quem não mais aceita pensar a história como ciência, como é o caso daqueles autores vinculados à nebulosa pós-moderna. As impugnações feitas pelos autores pós-modernos (reconheçamos: sempre mais filósofos do que historiadores de ofício) à tradição racionalista são muito conhecidas.⁶ Não cabe aqui, também, buscar uma definição do conceito de pós-moderno, esse sincretismo de diferentes teorias, teses e reivindicações que tiveram origem na

filosofia germânica moderna, especialmente em Nietzsche estendendo até Heidegger- e na adaptação dessa filosofia por vários intelectuais franceses, particularmente os propositores das teorias pós-estruturalistas da linguagem desde a década de 1960, como Michel Foucault e Roland Barthes.

Num sentido muito geral, o pós-modernismo sustenta a proposição de que a sociedade Ocidental passou nas últimas décadas por uma mudança de uma era moderna para uma “pós-moderna”, a qual se caracterizaria pelo repúdio final da herança da Ilustração, particularmente da crença na Razão e no Progresso, e por uma insistente incredulidade nas grandes metanarrativas, que imporiam uma direção e um sentido à História, em particular a noção de que a história humana é um processo de emancipação universal. No lugar dessas grandes metanarrativas surge agora uma multiplicidade de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento junto com a dissolução da idéia de verdade, e outros problemas de legitimação em vários campos.⁷ O impacto das proposições pós-modernas na teoria da história, mais especificamente, na teoria da historiografia, foi enorme.⁸

A seguir, procurarei aprofundar um pouco na base desses dois postulados axiomáticos da teoria do conhecimento pós-moderna – se assim podemos chamá-la – que são sua teoria da linguagem e sua veemente negação do realismo; em seguida, tratarei essa discussão conceitual trazendo-a mais próxima ao nosso campo, para discutir as premissas e os desdobramentos daqueles postulados na prática da escritura histórica pós-moderna, fundamentada no anti-realismo histórico e no narrativismo. Depois de esboçado o quadro geral, sempre de um ponto de vista crítico, indicarei algumas diretrizes teóricas para o enfrentamento do argumento anti-realista de que é o discurso que funda, institui, cria a realidade, o mundo, a história. Para tanto, resgatarei algumas formulações em torno do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu e da teoria simbólica de Norbert Elias. Em seguida, avançarei mais um argumento nesse debate, a partir da discussão de um fundamento da história que é a consciência histórica. Por fim, na última seção, procurarei articular os enunciados deste preâmbulo e introdução ao argumento desenvolvido a seguir.

2. Linguagem e negação do Realismo

As duas bases do pós-modernismo assentam, portanto, em sua concepção de linguagem e na negação do realismo. A primeira é tributária direta dos desdobramentos do *linguistic turn* e das negações pós-estruturalistas, que levaram ao paroxismo as apropriações que os primeiros estruturalistas, como Levi-Strauss, fizeram da obra de Saussure.

Trata-se agora de uma filosofia do idealismo lingüístico ou pan-lingüísmo que afirma que a linguagem constitui e define a realidade para as mentes humanas, v. g., que não existe qualquer realidade extralingüística independentemente de nossas representações dessa realidade na linguagem ou discurso. Esse idealismo lingüístico considera a linguagem como um sistema de signos que se referem apenas uns aos outros internamente, em processos sem fim de significação (“**semiose**”, segundo o Ciro Cardoso) que nunca chegará a um sentido estabelecido.⁹

A grande vulgarização dessa concepção de linguagem em anos recentes é um aspecto forte daquilo que se convencionou chamar de *linguistic turn*¹⁰ na história e em outras ciências sociais. Assim, o pós-modernismo nega tanto a capacidade da linguagem ou discurso de referir a um mundo independente de fatos e coisas, quanto a determinação final – ou a “resolutibilidade” – do sentido textual. A partir daí, ele nega também a possibilidade do conhecimento objetivo e da verdade como horizontes utópicos de qualquer investigação. O leitor crítico, contudo, não terá dificuldade em perceber que essa filosofia idealista é ela mesma uma espécie de metafísica fundada em assertivas não provadas e improváveis a respeito da natureza da linguagem.¹¹

A teoria pós-moderna da linguagem é produto das enviesadas interpretações pós-estruturalistas do trabalho do lingüista suíço Fernand de Saussure tal como expostas em seu *Curso de lingüística geral*, publicado postumamente. Só para lembrar os principais eixos de sua teoria, Saussure tornou-se o fundador da lingüística estrutural ao ensinar que o objeto das ciências da lingüística deve ser a *langue* ou o estudo sincrônico, a-histórico da linguagem como um sistema total, antes que a *parole* ou o estudo diacrônico e histórico da linguagem falada. Sua explanação da linguagem como um sistema de signos distinguíveis apenas por sua oposição e diferença – e sua definição do signo como um significante arbitrariamente ligado ao significado – não implicou, contudo, a renúncia ao realismo ou a negação de que palavras podem referir-se a objetos no mundo. Embora formado por uma conexão arbitrária entre um som e um sentido particular, o signo, tal como ele definia, era ele mesmo um conceito com uma relação referencial às coisas. Saussure nunca supôs que o mundo é construído ou fundado na linguagem e que inexista independentemente de nossas descrições lingüísticas. Conforme demonstraram inúmeros intelectuais, como Perry Anderson¹², essas opiniões idealistas não eram do próprio Saussure, mas conclusões tiradas de e impostas ao seu trabalho por pós-estruturalistas e teóricos literários subseqüentes, formuladores da filosofia pós-moderna da linguagem.

No que nos respeita, os teóricos pós-modernos são críticos do que eles chamam da “prática histórica normal”¹³ por algumas razões: o

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus:
revista de história,
Juiz de Fora,
v. 12, n. 1,
p. 41-78, 2006

que os incomoda são coisas como a fé dos praticantes dessa “história normal” na possibilidade de uma história objetiva, sua convicção teimosa de que a história não apenas está relacionada a textos e discursos, mas aspira fornecer, em algum sentido, não absoluto ainda que válido, uma representação e um entendimento verdadeiros do passado, e sua suposta cumplicidade com o suporte ideológico do *status quo* político e econômico.¹⁴ Um dos mais badalados teóricos historiadores pós-modernos, Keith Jenkins afirma que as diferentes interpretações existem porque a história é, basicamente, um discurso em litígio, um campo ideológico de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado, para agradarem a si mesmos. Todo consenso só seria alcançado quando as vozes dominantes conseguissem silenciar outras. “Ao fim, a história é teoria, a teoria é ideologia e a ideologia é pura e simplesmente interesse material.”¹⁵

Nesse litígio de interpretações, qualquer anseio de busca da verdade está definitivamente comprometido, já que não existe um referente não lingüístico que garanta qualquer objetividade ao texto do historiador. Nesse sentido, todos os textos se equivalem e a busca da verdade e da totalidade está definitivamente comprometida, pois tudo se resume, no final, a pontos de vista, perspectivas, fundadas em textos, que remetem a outros textos e que se configuram por fim em textos, passíveis, enquanto tais, de todo tipo de **leitura**, já que o produto da história não é nada além de interpretação. O exemplo utilizado por Jenkins para caracterizar a fragilidade das fronteiras disciplinares em ciências humanas é muito eloqüente. Ele lembra uma paisagem, enquadrada por uma janela (já que toda paisagem é, necessariamente, enquadramento). Uma paisagem com suas estradinhas, casas, campos, em diferentes planos; no horizonte, morros baixos, o céu azul pálido.¹⁶

Para Jenkins, não há nada nessa paisagem que diga “geografia”, mas para o geógrafo está claro que ela é passível de uma análise “geográfica”. Da mesma maneira, o sociólogo pode perceber essa paisagem em termos sociológicos, o antropólogo em termos antropológicos e assim por diante. Mas, ao fim e ao cabo, nada há naquela paisagem de intrinsecamente “geográfico”, “sociológico”, “antropológico”, “histórico” etc; ao contrário, são os profissionais das várias áreas que a decodificam em categorias inerentes à lógica de seus próprios discursos. Como preferem alguns, é assim que vemos o mundo como texto, e tais leituras são infinitas. No limite, segundo Jenkins, o mundo passado sempre nos chega como narrativas e não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, **“pois elas constituem a realidade”**. Estamos aqui no âmago de nosso problema. Antes de seguir escrutinando os fundamentos da teoria pós-moderna, abro um

parêntesis para contrapor um singelo argumento aos postulados pós-modernos que vimos esboçando.

À análise de Jenkins contraponho uma imagem singela oferecida por E.H. Carr, já que ambas operam no mesmo código, o espacial. Ao discutir o problema da representação histórica, Carr entra numa outra discussão – a da filosofia da história – sobre os “significados do fato” e as “determinações subjetivas” decorrentes da atividade do historiador, as quais levariam ao perigo do relativismo. A visão liberal confiante e cômoda dos positivistas, firmada na primazia e autonomia dos fatos na história, foi abalada nas décadas de 1880 e 1890 por filósofos como Dilthey e, depois, por Croce e Collingwood, que atentavam para as determinações do presente sobre o passado: “Toda história é história contemporânea”.¹⁷

Uma questão insolúvel, para Carr, decorreria da constatação croceana da determinação do presente sobre a concepção do passado, uma das maiores armadilhas do próprio uso da linguagem. Embora destacando a pertinência da reflexão sobre o que chama de “visão da história de Collingwood”, Carr conclama uma luta contra todo o ceticismo que dela se depura. Contra a concepção da história como mera compilação de fatos, Collingwood se posiciona perigosamente no córner oposto, tratando a história como algo tecido pelo cérebro humano, chegando à conclusão de que “não há verdade histórica objetiva”. A crítica que Carr dirige ao relativismo de Collingwood pode ser bem endereçada aos historiadores pós-modernos, como Keith Jenkins:

Em lugar da teoria segundo a qual a história não tem significado, aqui nos oferecem a teoria de uma infinidade de significados, nenhum mais certo do que o outro – o que no fundo dá no mesmo. A segunda teoria é tão insustentável quanto a primeira. **Não podemos concluir que, porque uma montanha parece tomar diferentes formas de acordo com os diversos ângulos de visão, não tem objetivamente nenhuma forma em absoluto ou uma infinidade de formas.** Não podemos concluir que, porque a interpretação desempenha um papel necessário no estabelecimento dos fatos da história e porque nenhuma interpretação é completamente objetiva, qualquer interpretação é tão boa quanto a outra e que os fatos da história são, em princípio, responsáveis pela interpretação objetiva.¹⁸ (grifos meus, JM)

Retomando as posturas pós-modernas, podemos constatar na introdução da antologia organizada por Keith Jenkins, *The postmodern History Reader*,¹⁹ uma crítica reducionista e preconceituosa da “prática histórica normal” como “produto da ideologia e dos interesses burgueses” – concepção e atitude observáveis também em seu *A história repensada*. Jenkins é adepto da idéia de que estamos vivendo

na condição da pós-modernidade e não temos escolha quanto a isso. Sustenta que “histórias são apenas histórias sobre o passado e como ele deveria ser apropriado” e que “só a teoria é capaz de constituir aquilo que chama de fato”. Ele é simplesmente incapaz de conceber a validade ou o valor do esforço histórico de resgatar e tentar compreender um passado desvanecido ou explicar um presente borbulhante de história, com seus diversos modos de vida e pensamento, embora esse seja o tipo de projeto de vida de muitos historiadores. Ele também assevera que, se os historiadores recusam uma orientação futurista no fazer história, é porque eles não desejam um futuro diferente do presente, no qual o capitalismo domina o mundo. É impossível não sublinhar o caráter francamente conservador de uma tal perspectiva.

3 *Anti-realismo e narrativismo*

A teoria pós-moderna da história define-se em duas teses principais que guardam o tipo mais radical de ceticismo do que qualquer proposta jamais enunciada nos debates relativistas anteriores a respeito da objetividade. Diante delas, as formas de idealismo historiográfico ou de subjetivismo, como o historicismo e o presentismo, criticadas por Adam Schaff em *História e Verdade* não passam de ensaios ingênuos.²⁰

A primeira é o chamado **anti-realismo**, que sustenta que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas. Tais representações (o conhecimento histórico) são portanto construídas como referidas não ao passado, mas apenas a outros e sempre presentes discursos, assertivas e textos históricos. Assim retirando quaisquer pretensões do conhecimento histórico de se relacionar com um passado real, o pós-modernismo dilui a história numa espécie de literatura e faz do passado mesmo nada mais que um texto.

A segunda tese é o **narrativismo** – ou a tese tropológica – que afirma a prioridade, na criação das narrativas históricas, aos imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso inerentes a seu uso lingüístico. De acordo com essa tese, as histórias ficcionais inventadas por escritores e as narrações dos historiadores não diferem entre si em nenhum aspecto essencial, porque ambas são constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras, na prática da retórica e da construção das narrativas. A maneira pela qual as narrativas históricas são construídas, as conexões que elas estabelecem entre os eventos e as interpretações e explicações que apresentam são tidas como construções impostas sobre o passado, antes do que sendo

fundadas nos fatos tais como depurados de evidências, vestígios, fontes. Do ponto de vista narrativista, os tropos e gêneros literários empregados pelos historiadores prefiguram e determinam a visão, a interpretação e o sentido dos fatos. Pelo mesmo enfoque, as narrativas históricas colocam-se na mesma categoria dos discursos ficcionais, de modo que seria impossível fazer distinção entre história e ficção ou argumentar pró ou contra diferentes interpretações históricas.

3.1 *Anti-realismo*

A rejeição ao realismo tem sido um tema essencial na filosofia do pós-estruturalismo e do pós-modernismo.²¹ Ele teve sua formulação canônica em *Da gramatologia*, na qual, negando que a leitura poderia “legitimamente transgredir o texto rumo a um referente” ou uma “realidade”, o filósofo francês Jacques Derrida conclui que “nada há fora do texto”. Roland Barthes endossa essa tese em relação ao discurso histórico em famoso ensaio de 1967, “Le discours de l’Histoire”, que se tornou verdadeiro texto canônico de pós-estruturalistas e pós-modernos.²² A partir de um ponto de vista semiótico, Barthes defende que a referência a uma realidade passada pressuposta num discurso é sempre algo espúrio, “efeito falaz de linguagem”, e que o significado em tal discurso é destituído de qualquer outro referente senão o próprio discurso. Robert Berkhofer Jr. também se opõe ao realismo histórico e enfatiza o profundo desafio que a “desreferencialização” apresenta ao conhecimento histórico tradicional. Sua razão para rejeitar o realismo em história consiste primeiramente em levantar a questão: “qual o referente para a palavra ‘história?’”, seguida então pela resposta de que “não pode ser o passado, porque ele é ausente por definição”. Ao contrário da pretensão dos historiadores de uma realidade passada, explica Berkhofer, “ninguém pode apontar para o passado do mesmo modo que se pode apontar para um cavalo ou uma árvore (ou mesmo para uma fotografia deles), tal como os objetos aos quais as palavras ‘cavalo’ e ‘árvore’ se referem”.²³ E avança no sentido da opinião dos teóricos literários de que o referente em história só pode relacionar-se a outras histórias e textos.

Para demonstrar que tais entendimentos não são novidade do pós-modernismo, ainda que sejam igualmente feitos da virada lingüística, vou exumar um exemplo eloqüente do ponto a que se chegou nesse fetichismo do texto decorrente do desconstrucionismo pós-estruturalista. Estou me referindo à baixa intelectual operada no marxismo por Louis Althusser, mas aqui estarei resgatando seus discípulos mais radicais: Barry Hindess e Paul Hirst. Hoje parece galhofa citar esses autores, que tratam de um assunto tão obsoleto quanto “modos de produção pré-capitalistas”. Mas é interessante lembrar que esses autores tiveram seus quinze minutos de fama. Seu livro *Modos*

de produção pré-capitalistas, publicado na Inglaterra em 1975, fora traduzido imediatamente no Brasil.²⁴

Segundo os Autores, a história não pode ter a pretensão de ser “ciência”, uma vez que seu objeto é o **passado**. Mas, por definição, o passado não existe e o que se constitui como objeto da história é a **representação** desse passado, construída a partir dos diversos registros que nos chegam. O equívoco dos historiadores seria tomar o que “não existe, o passado,” como objeto da ciência histórica.

Sua crítica é a de que o limite da operação história é sua obsessão com o empírico, o que a impediria definitivamente de se constituir enquanto ciência. Assim, o historiador teria um objeto que seria dado pelas representações do passado e do conjunto de eventos reais a elas correspondentes: a teoria aqui seria criada apenas para explicar aquilo que já estaria dado *a priori*. A história estaria condenada pela natureza de seu objeto ao empiricismo e sua explicação possível limitar-se-ia ao porque das representações do passado. : “A despeito das alegações empiricistas da prática histórica, o objeto real da história é inacessível ao conhecimento”...²⁵

Esse é o limite da história: seu objeto não pode ser teoricamente constituído; quando se constitui teoricamente, obrigatoriamente ele se afasta do real, do que realmente aconteceu, como quis Ranke. Mas mesmo esse passado que é “dado” não seria realmente dado, mas constituído ideologicamente.²⁶ Uma vez que o passado não existe, o discurso sobre ele, que se apresenta como a realidade do passado, é contaminado de ideologia:

Os modos particulares de escrever a história dão a este ou aquele corpo de representações o status de registro. Artefatos, catálogos que não desbotam, atas da corte, sambaquis, memórias, são convertidos em *textos* – representações através das quais o real pode ser lido. O texto, constituído como texto, por sua leitura, está à mercê dessa leitura. Longe de trabalhar sobre o *passado*, o objeto ostensivo da história, o conhecimento histórico trabalha sobre um corpo de *textos*. Esses textos são um produto do conhecimento histórico. A escrita da história é a produção de textos que interpretam esses textos.²⁷

Essa epistemologia “marxista-estruturalista”, prima-irmã do anti-realismo consignado por Berkhofer Jr, Jenkins e outros, parte de uma compreensão tacaña da relação cognitiva. Em primeiro lugar, por causa da afirmação de que o passado não pode ser referente das assertivas históricas simplesmente porque já passou. Ora, “ter passado” é condição ontológica daquilo a chamamos “passado”, “pretérito” e o que nos autoriza a conjugar verbos e formular sentenças nesse tempo verbal. Em segundo lugar, a teoria simbólica de Elias já demonstrou, no sentido oposto, que tudo o que existe tem inevitavelmente um lugar no universo

simbólico, ou seja, tudo o que é só pode ser, se e quando representado.²⁸ Do quê não decorre mecanicamente que sejam os símbolos que instituem o mundo, que fundam o mundo, muito ao contrário. Como diz Ciro Cardoso, quando absolutizamos a noção de representação,

quando ela se torna medida de todas as coisas, ela entra em conflito com o fato óbvio de que não criamos o mundo, mas sim que estamos em um: um mundo físico que indubitavelmente não criamos e que nos precede de quatro bilhões e seiscentos milhões de anos, aproximadamente, e um mundo social que, além de preceder nossos 'textos' sobre ele, longe está de ter o seu conhecimento redutível a mero efeito de construções signicas.²⁹

De resto, o argumento anti-realista de Berckhoffer é muito frágil: não dá para se levar a sério uma tal teoria empiricista do conhecimento, segundo a qual só se pode conhecer aquilo que está presente ou para o quê se pode apontar. Trata-se de um argumento sem sentido, pois pressupõe a concepção incoerente de que para os eventos passados serem referentes das assertivas históricas, eles deveriam antes “ser dispostos” na nossa frente como objetos presentes de percepção. O que é um absurdo, pois o passado e os eventos passados podem sobreviver como objetos do conhecimento apenas por meio de evidências de sua existência, as quais encontram-se no presente. E tais evidências adquirem sua definição e seu status como evidências apenas se, e somente se, elas forem tomadas para referir-se a eventos reais, pessoas, instituições, idéias etc que aconteceram no passado. Aquele argumento, se aceito, levaria a jogar na lata do lixo todo o conhecimento produzido por ciências como a Astronomia, a Paleontologia ou a Geologia, cujos objetos igualmente não se apresentam “à frente dos historiadores”.

Talvez a melhor resposta que pode ser dada ao ceticismo pós-moderno é a de que a idéia de um passado independentemente real ou atual não se apóia em qualquer teoria e não é uma conclusão filosófica. Ela é, antes, uma exigência da razão histórica e uma necessidade conceitual, autorizada pela memória, bem como implicada na linguagem humana que inclui sentenças no tempo passado, e é imposta pela idéia de história como uma forma distinta de conhecimento que tem a experiência dos seres humanos no tempo como seu objeto. Negar a existência do passado como algo real a que os historiadores podem se referir e conhecer é, portanto, algo fútil, porque se trata de uma condição essencial da possibilidade da história como campo de conhecimento cientificamente regulado.

3.2 Narrativismo

A segunda tese fundamental do pós-modernismo é o narrativismo, ou como se possa chamar a tese tropológica, pertence à constelação pós-modernista de idéias porque elimina a distinção entre narrativas históricas e ficcionais, e assim nega à historiografia a aspiração de verdade que ela reclama em suas abordagens e representações do passado.³⁰ Enquanto os filósofos analistas da história anteriores ao advento do pós-modernismo, como Morton White, Arthur Danto, W. B. Gallie e Maurice Mandelbaum, depositaram grande interesse no papel das narrativas históricas, suas reflexões não conduziram a qualquer direção cética. O objetivo desses filósofos era primordialmente esclarecer a função das narrativas e mostrar como elas contribuíam para a questão da explicação histórica.³¹

Inicialmente, a visão narrativista não nega a realidade do passado ou a possibilidade de se dar uma descrição verdadeira de eventos históricos, que podem ser percebidos como simples registro de ocorrências sucessivas na forma de anais. Hayden White questiona, contudo, que, quando os fatos ou eventos são incorporados numa narrativa histórica coerente, eles devem ser encaixados numa estória que tem começo, meio e fim. Tal trama não corresponderia ou representaria a própria realidade dos eventos, que se resume a um mero fluxo contínuo e sem sentido. Os fatos são, para White, histórias coerentes que os historiadores inventariam por meio da linguagem e da retórica, com o fim de dotar a sucessão infinita dos eventos de alguma ordem e sentido. White também sustenta que, na definição dessas narrativas, os historiadores são obrigados, tanto quanto os autores de ficção, a encaixar os fatos de acordo com um ou outro dos principais gêneros literários (comédia, romance, tragédia, ironia ou sátira). Do mesmo modo, ao construir suas narrativas, os historiadores também terão a chance de escolher entre alguns dos principais instrumentos retóricos – ou tropos – tais como a metáfora, a metonímia, a sinédoque, ou a ironia, um dos quais irá predominar na geração das histórias ou interpretações apresentadas.³² “Qualquer conjunto dado de eventos reais”, afirma White, “pode ser exposto de diversos modos, porque os eventos mesmos são carentes de sentido e não são igualmente intrinsecamente trágicos, cômicos, etc.” Assim, eles “podem ser construídos como tais apenas pela imposição da estrutura de um dado tipo de estória aos eventos” e “que é a escolha do tipo da estória e sua imposição sobre os eventos que os dota de sentido”.

Encadear eventos reais numa estória de tipo específico, sintetiza White, é *tropear* [to trope] esse eventos. Isso porque não há nada como uma estória ‘real’. Estórias são contadas ou escritas, não encontradas. A idéia de uma ‘estória verdadeira’ é uma contradição

em termos. Todas as histórias são ficções, o que significa, obviamente, que elas podem ser 'verdadeiras' num sentido metafórico e num sentido no qual uma figura de discurso pode ser verdadeira.³³

Portanto, a concessão inicial que a tese narrativista faz ao realismo histórico é assim anulada por sua teoria construcionista do trabalho do historiador. Apagando a demarcação entre trabalhos de ficção e narrativas históricas, ela considera as últimas como objetos verbais formalizados que devem ser analisados em termos literários, e descarta o conceito de um passado real e conhecível no qual esse passado e seus possíveis sentidos são vistos puramente como construções tropológicas e literárias.³⁴ Portanto, White sustenta que a tropologia enfatiza a função meta-lingüística sobre a função referencial do discurso e também redefine as relações entre fato e ficção ao mostrar como os protocolos lingüísticos constituem os fatos. Contra tais proposições, bastará evocar a própria história, como no caso do Holocausto, pretexto para a coletânea onde se insere o texto de White e onde se encontra o contra-argumento de Carlo Ginzburg³⁵.

Também é questionável a tese de White, de que não há sentido nos próprios fatos históricos, ao menos por uma razão: porque nem as percepções humanas individuais ordinárias, nem as ações coletivas geradas e sofridas em sociedade, são mera experiência caótica, mas consistem naturalmente de configurações estruturadas e dotadas de sentido, como já provou David Carr.

4 *Enfrentamento teórico do argumento anti-realista*

Alguns autores já enfrentaram a espinhosa tarefa de refletir sobre a relação entre a narrativa e os fatos que ela descreve. Questão ainda mais espinhosa quando se tratam de fatos culturais. Neste caso particular, de acordo com John R. Bowling e Peter Stromberg, são duas questões básicas: uma reside no campo epistemológico, da teoria do conhecimento. Nós podemos ou não pretender que o conhecimento que produzimos sobre o mundo refere-se a esse mundo, seja ele o que for? A outra questão nos traz para um patamar inferior de problema, que diz respeito aos obstáculos que essa mesma questão nos impõe quando o mundo a que desejamos conhecer é o social. Isso leva ao campo das representações como objeto do conhecimento nas Ciências Humanas.³⁶

Que relação existe, pois, entre a narrativa e os fatos que descreve? Entre a intriga histórica e o passado que ela evoca? Entre os conceitos históricos e o mundo em devir que eles querem explicar? Estas questões, que se inserem no debate epistemológico sobre veracidade (ou não) das explicações em forma de um relato, como no caso dos textos históricos, foram levantadas por eminentes teóricos.³⁷

Talvez a resposta mais articulada contra a tese que reivindica uma ruptura absoluta entre o discurso histórico e o “mundo real” seja aquela oferecida por David Carr, que afirma que, longe de deformar os fatos que relata, a narrativa prolonga seus traços fundamentais. Em outras palavras, existiria sim uma comunidade formal de características entre a narrativa e a realidade humana, tanto a individual quanto a coletiva.³⁸ Porém, não vou aqui resgatar os argumentos de David Carr, o que professor Ciro Cardoso fez com propriedade em outro lugar.³⁹ Meu anseio é acrescentar algum elemento novo de reflexão, equacionando a articulação entre o conceito (histórico) e aquilo a que ele se refere a partir do conceito de *habitus* formulado por Pierre Bourdieu e de algumas sugestões extraídas da teoria simbólica de Elias.

4.1 Conceito e realidade em Bourdieu

Em primeiro lugar, pretendo não me perder na extensa obra de Bourdieu, onde seus conceitos foram paulatinamente elaborados e re-elaborados, de modo a ganhar acepções diferenciadas ao longo da formulação de sua complexa teoria da ação. Em vez disso, quero chamar a atenção para um ponto específico sobre a constituição do *habitus*, que está bem presente em sua obra sobre a “distinção”.⁴⁰

Ao pensar a relação entre *espaço social* e *espaço simbólico*, Bourdieu parte da premissa de que o real é relacional. Essa concepção relacional explícita de imediato o tripé teórico que fundamenta toda sua arquitetura conceitual: a relação entre as **posições sociais** (definidas dentro de um campo, e que é um conceito relacional), as **disposições** (consoantes a esses campos, ou o que ele chama de *habitus*) e as **tomadas de posição** (ou as ações práticas movidas pelos agentes numa situação social concreta):

O próprio título do trabalho assinala que o que comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade, mais freqüentemente considerada como inata, de porte e de maneiras, é de fato **diferença**, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade **relacional** que só existe em relação a outras propriedades.⁴¹

Essa idéia da diferença se funda numa noção de espaço, entendido como conjunto de posições distintas e coexistentes e mutuamente exteriores, que assinalam relações de proximidade, vizinhança, distância ou outras relações de ordem (como “acima, abaixo, entre...”). O espaço social constrói-se com base em dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital simbólico. As distâncias e proximidades observam esses dois vetores.

Esse quadro das posições sociais conforma um outro, de tomadas de posição, mediada pelas disposições, ou o *habitus*, em duas palavras, as práticas sociais e os bens que se possui.

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo.⁴²

É o *habitus* que dá conta dessa unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.” (Ibidem).

Assim como os *habitus* são diferenciados de acordo com a posição no campo, são igualmente diferenciadores; por distintos, tornam-se distinguidos e operadores de distinção. São os *habitus* os geradores de práticas distintas e distintivas; conformam esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão de mundo e de visão social. O que nos interessa mais diretamente em Bourdieu é seu entendimento de linguagem, que é oposto ao da lingüística estruturalista. Para Bourdieu, ao conformar categorias de percepção e de comunicação, os *habitus* transformam-se em linguagem. Os diferentes códigos, particularmente associados às maneiras, estabelecem separações diferenciais, tomam-se “signos distintivos”. O melhor exemplo que se pode evocar desses signos distintivos é o do “consumo conspícuo” das sociedades de corte de que falam Veblen e Elias.⁴³

Mas aí está a questão: uma diferença só se torna uma diferença, visível, perceptível, conspícua, se ela é percebida por alguém dotado de instrumentos cognitivos que o tornem apto a percebê-la, a estabelecer a diferença: alguém dotado dos códigos necessários para isso – que, portanto, não seja “indiferente à diferença”, que seja dotado de categorias de percepção, esquemas classificatórios, conceituais, de um gosto, enfim, que lhe permita estabelecer a diferença, distinguir, discernir. Portanto, a distinção pressupõe a disseminação de um conjunto de códigos interiorizados, de uma linguagem comum aos agentes no espaço social.

Este é o ponto a que eu quero chegar e, talvez, avançar uma hipótese. Um ponto que me parece central na definição do conceito de *habitus* de Bourdieu é o de que **a realidade (social) configura aqueles instrumentos de percepção por meio dos quais o indivíduo vai acessar e processar essa mesma realidade**. Duas breves passagens podem explicitar melhor esse ponto. A “representação” que o indivíduo faz jamais é uma “abstração”, mas uma elaboração conceitual cujos instrumentos cognitivos usados para sua percepção e processamento foram estabelecidos pela inserção mesma desse indivíduo em sua realidade circundante. Diz Bourdieu:

Pode-se mesmo explicar em termos sociológicos o que aparece como uma propriedade universal da experiência humana, isto é, o fato de que o mundo familiar tende a ser considerado evidente, percebido como natural. Se o mundo social tende a ser percebido como evidente (...) é porque as disposições dos agentes, seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais mediante as quais apreendem seu mundo social, são essencialmente o produto de uma internalização das estruturas do mundo social.⁴⁴

E em outro lugar:

O *habitus* é não somente uma estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das mesmas, mas também uma estrutura estruturada: o princípio da divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, ele próprio, produto da interiorização da divisão em classes sociais.⁴⁵

Ou seja, diversamente do que propõe a concepção estruturalista da linguagem, que nutre a epistemologia pós-moderna, a constituição de uma língua, por meio da qual representamos o mundo (social inclusive) é um processo eminentemente histórico e social e o sujeito do conhecimento é sempre coletivo. Os signos, conceitos e discursos sobre o mundo não são jamais arbitrários, mas formulados a partir de um conjunto de determinantes sociais que são interiorizadas pelo indivíduo, a partir das quais ele constrói as lentes (os conceitos) com os quais apreende (percebe, classifica, narra) o mundo. Assim, os indivíduos, seres eminentemente sociais, observam, descrevem, classificam e narram a realidade. Porém, para fazê-lo, estamos equipados com instrumentos cognitivos elaborados do contato com a própria realidade e com os quais nos assenhoreamos intelectualmente dela. O sujeito histórico (individual e coletivo) não deturpa o mundo real ao enxergá-lo, por exemplo, cindido em classes sociais, castas ou estamentos, pois as clivagens sociais, as estratificações desse tipo, são no mundo social, motivo pelo qual o indivíduo consegue classificá-lo dessa forma.

4.2 Conceito e realidade na teoria simbólica de Elias

Uma analogia entre essa função ou propriedade do *habitus* percebida por Bourdieu e o conceito de representação proposto na teoria simbólica de Norbert Elias poderá ser interessante para tentarmos re-ligar o discurso ao mundo real,⁴⁶ que foram separados pelos pós-modernos.

Para se compreender as representações (entre elas as narrativas históricas) e resolver o problema da verdade no conhecimento, afirma Elias, é preciso superar um hábito que condiciona nosso pensamento, o da separação entre “real” e “abstrato” – aquilo a que Elias chamou ironicamente de “o bicho da maçã da modernidade”. Sabemos como desde o início da era moderna a ciência se impôs como a via mais eficaz de acesso à realidade,⁴⁷ à verdade e à natureza. Sua concepção de processo do conhecimento – ainda hoje dominante –, no entanto, baseia-se na separação entre o sujeito do conhecimento e seu objeto. Assim, temos inculcado em nossa própria representação do que seja o ato conhecimento, que seu produto – a idéia, o pensamento, o conhecimento – seja algo “imaterial”, abstrato, falaciosamente referido a algo que seja concreto, natural. Portanto, nossa concepção de processo cognitivo baseia-se até hoje na separação radical entre homem e natureza ou “cultura” e natureza.⁴⁸ Elias propõe que devemos superar essa atitude gnosiológica, transformar nossa aparelhagem cognitiva para podermos transcender a maldita dúvida cartesiana, da possibilidade ou não de acesso a um suposto mundo “exterior”. Essa separação é baseada na idéia de homem fechado em si mesmo, do *homo clausus* leibziano, que se depara com um mundo que lhe é estranho e começa a conhecê-lo a partir de um ponto zero.⁴⁹ Essa concepção está na base da teoria pós-moderna da história. Tentemos sintetizar as idéias de Elias.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que não existe conhecimento que não seja socialmente adquirido. O ato do conhecimento funda-se num complexo, que liga linguagem, conhecimento, memória e pensamento. Se aceita essa nova proposição, o problema da verdade e da representação do mundo se equaciona de uma maneira renovada.

Elias parte da constatação óbvia de que qualquer ser humano torna-se plenamente humano ao aprender uma língua – o que acontece geralmente na sua primeira infância, quando dizemos que a criança está aprendendo a “falar” – uma língua obviamente falada por outros antes dela nascer⁵⁰. Não existe uma “língua individual”, ela só se concretiza no ato de transmissão das mensagens que acontece sempre envolvendo, no mínimo, um emissor e um receptor. As línguas têm uma força vinculativa em relação a seus usuários e não existem sem eles: não há uma língua extra-humana, metafísica – ou natural (como desejaram os estruturalistas). Para serem operativos enquanto língua, os padrões sonoros devem ser compreendidos por outros seres humanos para além de um indivíduo emissor de mensagens. Ou, como diz Elias, a força de uma língua tem sua raiz no fato de representar um cânone unificado de fala que deve ser observado por todo um grupo, a fim de manter a sua força comunicativa. O signo arbitrário e inato dos pós-estruturalistas cai por terra aos pés da teoria simbólica de Elias.

Os seres humanos foram os únicos do planeta que criaram meios de comunicação e orientação padronizados e que variam de grupo humano para grupo humano dentro da espécie. Devido a sua constituição biológica, os seres humanos estão preparados para a aquisição de uma língua através da aprendizagem individual a partir de uma idade bastante precoce, mas não nascem dotados de uma língua. São dotados naturalmente para aprender uma língua, mas só o fazem com o contato com outras pessoas do seu grupo social, inicialmente em geral dentro da família.⁵¹

De fato, Elias argumenta muito convincentemente que as línguas são um dos principais caminhos que unem a natureza e a sociedade ou a cultura. Toda criança saudável atravessa um processo de maturação geneticamente predeterminado, isto é, natural, que a habilita a começar a aprender a comunicar com outros seres humanos a partir dos padrões sonoros específicos de uma língua. As ondas sonoras emitidas e recebidas no ato da comunicação são dados naturais – ou, como se usa na academia, dados físicos. A sua articulação, que lhes confere a forma de linguagem através do aparato vocal e auditivo em desenvolvimento (um aspecto biológico do ser humano), é produzida socialmente (através do processo de aprendizagem). Este é um exemplo do entrelaçamento da maturação natural (da evolução biológica) com o desenvolvimento social, da unicidade entre natureza e cultura. No longuíssimo prazo, biológico, os seres humanos superaram os meios de comunicação não-verbais para elaborarem símbolos cada vez mais complexos de orientação e de comunicação.⁵²

A aprendizagem da língua é um elemento fundamental para chegarmos ao ponto que nos interessa. Para aprender uma língua – para aprender a falar –, o equipamento orgânico da criança tem de ser standardizado dentro dos padrões sonoros do grupo em que ela nasceu. Quem nasce no Brasil falará português, e isso é um fato. Portanto, diferentemente dos outros animais, quando a criança aprende uma língua, ela recebe junto com ela todo um **fundo social de conhecimento** do universo em que se encontra, ao qual se acrescerá por certo sua própria experiência de vida. O processo de aprendizado de uma língua ilustra bem a falácia da imagem que herdamos da separação ontológica entre “natureza” e “cultura”.⁵³

Nosso equipamento cognitivo tem um vício que precisa ser superado, o de reduzir processos a condições estáticas e antitéticas. Assim fizemos com o ser humano, dividindo-o em duas entidades ontológicas separadas, uma concreta, visível e seu oposto, uma outra abstrata e intangível. É o que ocorre com a separação entre corpo e alma, ou matéria e espírito ou ainda ser e consciência – ou a história e o discurso sobre ela. Mas, lembra Elias, nenhuma antítese pode

representar de modo adequado seu objeto sem uma síntese complementar, e que seja uma síntese processual. Assim acontece com o falso binômio natureza/cultura, ou sobre história/discurso. Não temos ainda uma teoria que dê conta de uma síntese em que encontremos os homens dentro de um único e mesmo longo processo de evolução do universo: ao mesmo tempo astronômico, biológico e social.⁵⁴ Por isso, tendemos a ignorar o fato de que o uso de uma linguagem e, num sentido mais amplo, o uso, a manipulação e o armazenamento de um grande número de símbolos pressupõem um equipamento biológico que exigiu milhões de anos de evolução. Sobretudo, tendemos sempre a ignorar que a própria sociedade é um nível de integração da natureza. E temos a sensação de que a natureza, e principalmente a sociedade e a história, se esgotam nas formulações discursivas que sobre elas elaboramos.

Esse é o grande diferencial dos seres humanos em relação aos outros seres deste planeta. Nós produzimos padrões sonoros que servem como símbolos para coordenar atividades ou para designar acontecimentos. (Deixemos fora dessa discussão a questão fundamental do poder de que se investem aqueles que classificam ou denominam).⁵⁵ Pela nossa competência de enviar e receber mensagens codificadas na forma de uma língua, temos acesso a uma dimensão do universo que é exclusivamente humana. Aquela a que Elias chamou, para além das quatro dimensões do espaço-tempo, a *quinta dimensão* a dos símbolos.

Aqui chegamos a um ponto de dispersão, de confusão. A troca lingüística (pois não existe língua de um indivíduo só!) ocorre sempre entre pessoas que vivem dentro de uma comunidade lingüística. Tudo o que os membros dessa comunidade podem experimentar e comunicar a outros membros encontra-se localizado no interior da língua. Ela **representa** o mundo inteiro **tal como ele é experimentado** pelos membros dessa comunidade. Tudo o que é conhecido, o é pelo nome que os homens atribuem. Como diz Elias, “a ocorrência inominada é aterradora”. Se os símbolos de uma língua não fossem minimamente congruentes com a realidade, com os dados que eles pretendem representar, os seres humanos não poderiam sobreviver. Esse ponto é central na teoria simbólica de Elias. A relação entre os símbolos sonoros e aquilo que eles representam está irremediavelmente atrelada a sua função social como meio de orientação e de comunicação: permitem às pessoas diagnosticarem objetos e fenômenos particulares, determinar sua natureza e seu lugar no universo e discutirem entre si sobre objetos específicos na ausência destes.

A constatação de que os seres humanos estão sempre dependentes dos símbolos para orientar-se e comunicar socialmente pode levar a idéia de que nada existe fora dos símbolos, do discurso.

Nada mais falacioso. Claro que é perfeitamente possível se distinguir entre o modo de existência e o modo de representação das coisas. Mas o fato de os seres dependerem dos símbolos para sua orientação no mundo – assim como dependem da história para sua orientação no tempo – não implica em que os objetos e os fenômenos dependam dos seres humanos representá-los para que ganhem existência.⁵⁶

Aqui localizamos os pontos de convergência entre o conceito de *habitus* de Bourdieu e a teoria simbólica de Elias no que concerne à articulação entre realidade e conhecimento, válida plenamente para a articulação entre narrativa e história, ou entre narrativa e o mundo real. Assim também é para Elias que uma língua, no ato da comunicação entre um emissor e um receptor, representa simbolicamente o mundo tal como é **experimentado** pelos membros de uma sociedade na qual ela é falada. Essa língua é portadora do fundo social de conhecimento, do conjunto de experiências sintetizadas historicamente, ao longo do tempo, pela comunidade lingüística que a utiliza. Essa língua, que é plástica, que é também histórica, constitui-se no principal instrumento de comunicação e orientação no mundo dos indivíduos que a praticam. Essa língua, por fim, cria-se e recree-se para representar o mundo (cósmico, social) conforme a experiência de sua comunidade praticante ao longo de sucessivas gerações. É no universo da experiência, do mundo histórico (diria Dilthey), que os homens se tornam capazes de formular conceitos para compreender e narrar (e dominar, porque não?) esse mesmo mundo. Entendendo então que os conceitos são sociais, coletivos – e históricos –, Elias parte para uma crítica à gnosiologia tradicional, que nos legou o modelo básico do ser humano individual, portador de uma consciência que lhe serve de “janela” para o mundo, que separa sujeito e objeto do conhecimento. Ora, já vimos que a aquisição do conhecimento é um ato social, já que não existe sujeito individual da comunicação. Portanto, um sujeito não cria conhecimento por “abstração” e não é um ponto de partida, o início do ato do conhecimento. Os conceitos não são nem concretos nem abstratos, mas representam níveis diferentes, capacidades diferentes de síntese daquilo que podem experimentar da realidade. Daí a existência dos discursos em litígio.

Tudo isso conduz à possibilidade de questionamento da opção pós-moderna por suprimir a experiência do tempo na construção e análise do discurso sobre o tempo. Subvertendo o axioma pós-moderno, digamos que os mundos históricos constroem seus discursos múltiplos de si, mas que em hipótese alguma esses mundos históricos se encerram nesses textos do tempo. Em seguida, procurarei reforçar a importância da vinculação entre realidade e narrativa a partir de um fundamento da própria teoria da história proposta por Rüsén, que

estabelece a vinculação entre vida prática e conhecimento histórico (e suas formas de apresentação – suas narrativas), como que ampliando o círculo hermenêutico de Ricoeur.⁵⁷

5 Conceito e realidade no conhecimento histórico

Nesta seção, pretendo oferecer mais um argumento em favor da continuidade entre narrativa e mundo real, agora a partir das discussões de um fundamento do pensamento histórico. Para tanto, é mister pensar teoricamente, no sentido proposto por Rösen, de que a teoria é sempre uma meta-reflexão, um pensar sobre o pensamento histórico.

E a questão inicial deve ser: como surge a **consciência da história**? Autores de orientações as mais diversas como Agnes Heller, Reinhardt Koselleck ou Jörn Rösen, concordam que a consciência histórica nasce a partir da **experiência que os seres humanos têm do tempo**⁵⁸. A experiência do tempo e a procura da auto-identidade são a origem da consciência histórica, que esses autores entendem como “fenômeno do mundo vital”, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática, com a existência atual, com a experiência histórica, ou como se quiser chamar.

Assim como, de acordo com a teoria simbólica de Elias, a linguagem é um meio de orientação e de comunicação dos seres humanos no mundo, estes precisam da história também como um meio de orientação, precisam situar-se no tempo para guiar sua ação com vistas à sua sobrevivência. E como a história o ajuda? Diz Rösen:

O homem precisa estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. (...) **A consciência histórica é o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção do tempo se realiza no processo da vida humana.** Ou seja, a consciência histórica é modo como o homem constitui de sentido a experiência do tempo.⁵⁹

E porque os homens têm essa necessidade de orientação no decurso temporal? Em função da ameaça perturbadora da contingência, do imprevisto, do acaso, que subverte uma ordem necessária à tomada da ação na vida prática, impedindo qualquer possibilidade de previsibilidade do futuro a partir do qual indivíduos (ou grupos) consigam se orientar corretamente para uma tomada de ação.

Esse é o ponto de partida do quadro interpretativo de todo o processo de constituição do pensamento histórico em Rüsen, especificamente da construção da história como ciência.⁶⁰

Enfim, não há outra forma de pensar a consciência histórica: ela é a instância em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar se origina da carência de orientação da vida prática atual, real, diante das violentas experiências dos homens no tempo. E a consciência histórica “fala”, se manifesta, particularmente no caso desta forma peculiar de consciência histórica que é a história como ciência, em construções narrativas. Por isso, assim como a consciência histórica, a narrativa, como forma de apresentação, se constitui num fundamento do conhecimento histórico.

A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado, rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro.⁶¹

Essa interdependência íntima entre passado, presente e futuro é concebida como uma **representação da continuidade**, para que, com ela, os homens consigam formular um quadro interpretativo de sua trajetória que os guie na tomada de ação no presente, que possam orientar-se na sua vida prática atual. Seria um equívoco, portanto, entender por consciência histórica apenas uma consciência do passado: o passado só se torna inteligível, só se torna história, porque possui uma relação estrutural com a interpretação do presente e com a expectativa ou projeto de futuro. Assim, acionando memória da experiência passada e um horizonte de expectativa comum, os homens constituem sua **identidade** como grupo para orientar sua ação no presente por meio da construção de uma narrativa histórica comum⁶². Isso se encontra tanto em Rüsen como em Koselleck.

Portanto, seja como for que a consciência histórica penetre no passado, o impulso para esse retorno, para esse resgate do passado, **é sempre dado pelas experiências do tempo presente**. É a inserção dos seres humanos na história e sua necessidade prática de orientação no decurso do tempo que os faz representar sua percepção desse movimento numa narrativa histórica. Então, diferentemente do que postulam os pós-modernos, podemos entender que não é o discurso que institui ou funda ou cria o mundo, mas a experiência prática da vida humana no mundo que estabelece a necessidade da constituição de um quadro interpretativo do movimento histórico, que funda a consciência histórica e suas formas de apresentação.

Duas palavra finais

1 Depois de tudo o que já se escreveu, alguém ousa vir a publico dizer que existe algo como uma realidade e, pior, que ela pode ser conhecida através de procedimentos racionais. Cabe aqui uma relativização. Eu tenho a tranqüila convicção de que, por um lado, nem o conhecimento pode ser estritamente racional e, por outro, a realidade não é um dado. Quanto à primeira questão, já os filósofos da vida, como Dilthey, procuraram mostrar que o ser humano é um complexo de razão, imaginação, intuição, criatividade, instinto e que o conhecimento do seres humanos só poderia ser feito com êxito se todas essas características formadoras do gênero humano entrassem no cômputo do processo cognitivo. Isso é um ponto pacífico para mim. Porém, se desse conjunto de instâncias cognitivas nós privilegiarmos todas as últimas em detrimento da razão, estaremos renegando aquilo que nos diferencia de todo o resto da criação; aquilo que faz deste *homo, sapiens*.

Por outro lado, acredito que a história tem algo a mais a oferecer à sociedade do que deleites estéticos, uma função a mais que o prazer dionisiaco. A história tem que buscar compreender por que os seres humanos agem historicamente do modo como agem, para explicar os acontecimentos e processos que os envolvem. Também aqui, é claro que os seres humanos não agem apenas movidos pela razão. Os sentimentos, as paixões, os traumas, as taras e tudo mais que há de pulsão instintiva, de irracional, movem a ação humana. Porém, se continuarmos a aceitar que tudo menos a razão está presente nas tomadas de decisão, nas ações humanas, estaremos nos omitindo em relação a um aspecto fundamental da realidade. O massacre de Qana que gerou aquela foto do bebê em pijamas não é apenas um uma explosão de ódio de um dirigente judeu; assim como a invasão do teatro de Moscou ou da escola de Beslan pelos tchechenos; o ataque contra a sociedade empreendido pelo crime organizado em São Paulo; enfim, todos esses atos não se devem atribuir a “monstruosidade” dos líderes ou de seus agentes. Acima de tudo, todas aquelas pessoas que sofreram esses acontecimentos, que foram suas vítimas, porque morreram ou tiveram de enterrar seus filhos, não são meros efeitos do discurso.

Eu não tenho a menor dúvida sobre o poder de criação e de destruição do inefável, do não-dito, da tara e da paranóia, da poesia e da arte, do amor e do ódio, do discurso e do silêncio como potências geradoras de ação e omissão de pessoas e povos sobre povos e pessoas. E não tenho dúvida de que tudo isso move a história - sem curso, sem sentido nem direção, sem fim -, assim como gera o discurso sobre si mesma, o discurso da história sobre si mesma. Mas

entendo que tudo aquilo - o inefável, o não-dito, a tara e a paranóia, a poesia e a arte, os sentimentos e até o discurso - são na história, no real. O problema é mirar todo foco, é cingir toda análise só àqueles elementos "irracionais", a tal custo que se suprima o curso - os interesses, as razões, os conluios, as maquinações - e só se deixe no lugar o discurso. Se deixarmos de entender que as ações do dirigente judeu, do líder hisbollah, do ditador africano, do líder do PCC são movidas apenas pelo que há de irracional, intuitivo, passional, instintivo no ser humano, estaremos aliviando a esses agentes do terror toda culpa e todo dolo das ações que moveram. Eu me volto, então, para a necessidade do aprimoramento de uma teoria da ação e da teoria da história que a incorpore. E minha fé me leva a crer que o *habitus* faz o monge (e funda as religiões e tiranias de todo espectro).

2 Retomando as questões levantadas no preâmbulo, sobre como nós historiadores nos posicionamos diante de uma realidade tão avassaladora, tão perversa, como respondemos a ela; e retomando a hipótese formulada de que temos oferecido poucas respostas, em função do próprio cenário intelectual vigente em nosso tempo, eu avanço na resposta. O discurso da fragmentação do real e de sua inacessibilidade, sustentada pelos teóricos da pós-modernidade, desvela a adesão desse discurso ao próprio projeto político que suporta essa pós-modernidade, cuja expressão macro-econômica é a do (neo?) liberalismo globalizado, que necessita de um mundo cindido em individualidades ególatras que se entendam incapazes de agir coletivamente e tomar o destino do planeta em suas mãos.⁶³ No plano do conhecimento, um artifício eficaz para isso é isolar discurso e realidade, chegando mesmo a anular a existência ontológica desta última. A fixação do conhecimento dentro dos limites do discurso não deixa de ser uma atitude escapista, evasiva da realidade, que é virulenta e ameaçadora. Mas, se um território muito mais seguro, porque enquadrado e controlável, a opção pelo discurso desvinculado da realidade não deixa de ser, igualmente, uma posição submetida, submissa ao *status quo*, portanto, conservadora.

Enfim, para terminar com uma assertiva provocadora, a história existe, como resultado do conflito de interesses e ações complexas dos indivíduos em seus grupos; o conhecimento desse processo de transformações de si e do mundo a que chamamos história é possível, não se deixando de fora o que há no sujeito do conhecimento de tudo o que lhe constitui como ser humano (imaginação criadora, instinto, paixão...), mas "controlando" racionalmente o processo do conhecimento. A história existe e pode ser conhecida, como vem sendo feita cada vez mais e melhor. O resto é discurso.

Abstract

The text examines in depth two axiomatic postulates of the theory of post-modern knowledge—if we can describe it as such: its theory of language and its vehement negation of realism. What follows is a conceptual discussion that comes closer to our own field of study, namely, the premises and developments fostered by those postulates in the production of a post-modern written history based upon historical anti-realism and on *narrativism*. After sketching out a general framework, always from a critical viewpoint, the essay suggests some theoretical directions that relate the anti-realist argument to the discourse that establishes, institutes and creates reality, the world and history.

Keyword: History, Discourse, Historic Realism.

Notas

- ² Essa descrição do massacre de Qana é da pena de Plínio Freire Gomes, em correspondência com o Autor. O presente ensaio beneficiou-se muito do rico diálogo informal estabelecido com Plínio F. Gomes sobre o estatuto da história. Agradeço também a outro amigo e incentivador, Paulo Parucker, pelas conversas criativas pelos bares de Brasília.
- ³ Cf. CALLINICOS, Alex. "Sympathy for the Devil? Francis Fukuyama and the end of History. In: *Theories and Narratives. Reflections on the Philosophy of History*. Cambridge: Polity Press, 1995, p. 15-42.
- ⁴ Uma primeira versão deste texto começou a ser desenhada para ser apresentado no *I Colóquio de História da Historiografia e Teoria da História*, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora em Agosto de 2006. Agradeço a todos os interlocutores pelas contribuições críticas. Muitas questões levantadas conduziram-me à necessidade de ampliar um pouco o foco e especificar alguns posicionamentos. Quanto às discussões levantadas acima, o conceito de transição paradigmática de Boaventura Santos encontra-se nas seguintes obras: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 7 ed. Porto: Afrontamento, 1995; Idem. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3 ed. Porto: Afrontamento, 1993; e Idem. *Toward a new common sense*. Londres: Routledge & Keagan Paul, 1995. Cf. BERMANN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1986
- ⁵ Cf. BLOCH, Marc. *Apología para la historia o el oficio de historiador*. Edição crítica de Étienne Bloch. Apresentação Carlos A. Aguirre Rojas. Prefacio Jacques Le Goff. Trad. María Jiménez e Danielle Zaskvsky. México: INAH/Fondo de Cultura Económica, 1996.
- ⁶ Cf. IGGERS, G. *Historiography in the 20th century*. Hanover/London: Wesleyan University Press, 1997. Também ZAGORIN, Perez. History, the Referent, na Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, 38(1):1-24, fev 1998.
- ⁷ Os axiomas das impugnações pós-modernas foram lançados, primeiramente, em Lyotard, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Trad. José Bragança de Miranda Lisboa: Gradiva, 1989 (versão original de 1979) e sistematizadas para o campo da história em ANKERSMIT, F; KELLNER, H. (eds.). *A New Philosophy of History*. Londres: Reaktion Books, 1995. Para uma teorização séria da questão das metanarrativas e o problema do fim da história que ela suscita, ver: CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 12, n. 1,
p. 41-78, 2006

- ⁸ Como eu disse em outro lugar, quanto à contribuição do pós-modernismo “no campo da teoria da história mais do que no da historiografia, o pós-modernismo efetivamente contribuiu para derrubar alguns dogmas, alguns postulados férreos que sobreviveram à derrocada de uma certa concepção de história herdeira de certos fundamentos iluministas, humanistas e cientificistas e ainda vigente em muitos pólos importantes durante a década de 1970. (...) Porém, fora essa atitude iconoclasta – sem dúvida alguma fundamental para a superação do estado do debate –, pouco contribuiu o pós-modernismo para a teoria da história e a historiografia. Fez avançar negando e derrubando, mas pouco colocou no lugar”. Cf. MALERBA, J. “Introdução: teoria e história da historiografia.” In: MALERBA, J. (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ⁹ Cf. CARDOSO, Ciro. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*, Maringá, n. 02, p. 47-64, 1998 (reproduzido em CARDOSO, Ciro. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005). Também IGGERS, G. *Historiography in the 20th century*. Hanover/London: Wesleyan University Press, 1997, p. 118 ss.
- ¹⁰ Cf. PULINO, Lucia Helena. Richard Rorty e a questão das representações em filosofia. In: CARDOSO, Ciro, MALERBA, J. *Representações*. Campinas: Papirus, 2000.
- ¹¹ A literatura sobre o fenômeno “pós-modernismo” em história é extensa. Nela se há de incluir RÜSEN, J. *Studies in Metahistory*. Pretoria: Humana Sciences Research Council, 1993; ANKERSMIT, Frank. *History and tropology*. Berkeley, University of Califórnia Press, 1994; TOPOLSKY, Jerzy. (ed.) *Historiography Between Modernism and Postmodernism*. Amsterdã: Rodopi, 1994; BAILYN, Bernard. “The Challenge of Modern Historiography”, *American Historical Review*, v. 87, p. 1-24, 1982; STONE, Lawrence; SPIEGEL, G. “History and Postmodernism”, *Past & Present*, n. 135, p. 189-208, 1992; PIETERS, Jurgen. “New Historicism: Postmodern Historiography Between Narrativism and Heterology”, *History & Theory*, v. 39, n. 1, p. 21-38, 2000.
- ¹² Cf. ANDERSON, Perry. Estrutura e sujeito. In: *A crise da crise do marxismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 47 ss; Perry Anderson. *A zone of engagement*. Londres: Verso, 1992.
- ¹³ JENKINS, Introduction: On Being Open about our Closures”. In: Keith Jenkins (org). *The postmodern History reader*. Londres/Nova York: Routledge 1997; no mesmo volume e na mesma linha, o artigo de Robert BERKHOFER Jr. “The Challenge of Poetics to (Normal) Historical Practice”.
- ¹⁴ Toda essa discussão sobre o caráter da representação histórica é o eixo problemático da coletânea organizada pelo professor Ciro Cardoso e por mim e será inevitável retomar alguns pontos ali desenvolvidos na construção de meu argumento. Cf. CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- ¹⁵ Cf. Jenkins, K. *A história repensada*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: contexto, 2001, p. 43. Os ensaios que balizaram a discussão sobre narrativa histórica em sua relação com o linguistic turn são: MINK, Louis. “Narrative Form as a Cognitive Instrument”. In: CANARY, R.H.; KOZICKI, H. (eds.). *The Writing of History*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978; CARROLL, Noël. “Interpretation, History and Narrative”, *The Monist*, v. 73, p. 134-166, 1984; e, principalmente, WHITE,

H. "The Historical Text as Literary Artifact". In: CANARY, R.H.; KOZICKI, H. (eds.). *The Writing of History*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978 (originalmente publicada em *Clio*, jun.1974) e ANKERSMIT, F. "Six Theses on Narrativist Philosophy of History". In: *History and tropology*, citado.

¹⁵ Jenkins, *A história repensada*, p. 27.

¹⁷ A visão de Collingwood, esboçada em *The Idea of History*, é a de que "A filosofia não é relacionada com o "passado em si" nem com "o pensamento do historiador sobre o passado em si mesmo", mas "com as duas coisas em suas relações mútuas". Apud CARR, E. H. *O que é história?* 6 ed. Trad. L. M. De Alverga. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989, p. 22.

¹⁸ Cf. CARR, *op. cit.*, p. 26.

¹⁹ Keith Jenkins (org). *The postmodern History reader*. citado.

²⁰ Cf. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

²¹ A análise que segue é muito tributária das reflexões contidas em ZAGORIN, Perez. History, the Referent, na Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, 38(1):1-24, fev 1998.

²² Reproduzido como "The discourse of history" In: JENKINS, K. *The postmodern History Reader*, citado.

²³ Cf. Robert BERKHOFER Jr. "The Challenge of Poetics to (Normal) Historical Practice" In: JENKINS, K. *The postmodern History Reader*, citado.

²⁴ HINDESS, Barry, HIRST, Paul. *Modos de produção pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

²⁵ Idem, p. 362.

²⁶ Aqui, qualquer semelhança com os postulados de Jenkins não será mera semelhança. Uma de suas premissas é justamente a de que: "O passado já aconteceu. Ele já passou, e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediado por veículos muito diferentes, de que são exemplos os livros, artigos, documentários. O passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra." Cf. Jenkins, *História repensada*, p. 25.

²⁷ HINDESS, Barry, HIRST, Paul. *Modos de produção pré-capitalistas*, citado, p. 363.

²⁸ Discutirei a perspectiva de Elias mais à frente, no ponto 4.2.

²⁹ Cf. CARDOSO, C. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

³⁰ Uma abordagem lúcida desse assunto encontra-se em FALCON, Francisco J.C. História e representação. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

³¹ Cf. WILLIAM DRAY. "On the Nature and Role of Narrative in History" In: *On History and Philosophers of History*. Leiden/Nova York: E. J. Brill, 1989, que contém uma revisão da discussão da narrativa histórica por filósofos analíticos como Morton White, Arthur Danto e Louis Mink. Entre outros trabalhos seminais de filósofos analistas da história devem incluir-se: GALLIE, W. B. "Narrative and

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 12, n. 1,
p. 41-78, 2006

Historical Understanding”; MANDELBAUM, Maurice. “A Note on History as Narrative” e ELY, Richard. Mandelbaum on Historical Narrative: a Discussion”, todos incluídos em ROBERTS, Geoffrey (ed.). *The History and Narrative Reader*. Londres/Nova York: Routledge, 2001.

- ³² Cf. propôs em seu clássico *Metahistória* e em seus livros posteriores como *Trópicos do discurso*. Cf. WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992; WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994. Cf. DOMANSKA, Ewa. “Hayden White: Beyond Irony”, *History & Theory*, v. 37, n. 2, p. 177-181, 1998.
- ³³ WHITE, H. Historical emplotment and the Problem of Truth. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.) *Probing the Limits of Representation/ Nazism and the Final Solution*. Cambridge (Ms)? Harvard University Press, 1992, p. 37-53. (traduzido como “Enredo e verdade na escrita da história”, cf. notas seguintes)
- ³⁴ Idem, ibidem. Cf. a crítica detalhada proposta à tese tropológica por ZAGORIN, Perez. History, the Referent, na Narrative: Reflections on Postmodernism Now, *op cit*, na qual se apóia fartamente minha análise.
- ³⁵ Cf. WHITE, H. “Enredo e verdade na escrita da história” e o questionamento a suas premissas por GINZBURG, Carlo. “O extermínio do judeus e o princípio da realidade”, ambos incluídos em MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. As implicações políticas das teses negacionistas foram analisadas por Falcon, no texto acima citado. No mesmo sentido, podemos ainda evocar as objeções lúcidas do filósofo analítico William Dray: “Será que o historiador tem realmente ‘carte blanche’ a respeito de como um conjunto de eventos como o genocídio stalinista dos Kulaks ou o extermínio dos índios americanos deveriam ser postos num enredo? Se ele ‘escolhe’ representá-los como cômicos, aqueles que acham isso inaceitável devem considerar isso como uma simples licença poética ou devem se contrapor a isso como algo moralmente obtuso?” Cf. DRAY, “Narrative and historical realism” In: *On history and philosophers of History*, citado.
- ³⁶ Bowling, John R., Stromberg, Peter G. Representation and Reality in the Studies of Culture, *American Anthropologist*, 99(1):123-134, 1997.
- ³⁷ Como enuncia Ciro Cardoso, trata-se de se verificar se a história produz textos científicos ou, meramente, textos da mesma ordem dos da literatura ficcional. Cf. CARDOSO, Ciro. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*, Maringá, n. 02, p. 47-64, 1998.
- ³⁸ Cf. CARR, David. “Narrative and the Real World: an Argument for Continuity”, *History & Theory*, p. 117-131, 1986; CARR, David. “Getting The Story Straight: Narrative and Historical Knowledge”. In: TOPOLSKY, Jerzy. (ed.) *Historiography Between Modernism and Postmodernism*. Amsterdã: Rodopi, 1994. Dentre os esforços mais eficazes na articulação teórica entre narrativa e realismo histórico devem ser lembrados: DRAY, William. “Narrative and Historical Realism”. In: *History and Philosophers of History*. Leiden/Nova York: E. J. Brill, 1989; NORMAN, Andrew P. “Telling It Like It Was: Historical Narratives on Their Own Terms”, *History & Theory*, p. 119-135, 1991. Todos esses textos foram compilados por Geoffrey Roberts em *The History and Narrative Reader*, supra citado. Ver também KUZMINSKI, Adrian. “Defending Historical Realism”, *History & Theory*, v. 18, n. 3, p. 316-349, 1979.

- ³⁹ Cf. CARDOSO, Ciro. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo, citado, p. 54 ss.
- ⁴⁰ BOURDIEU, P. *Distinction. A Social critique of the Judgement of Taste*. Trad. R. Nice. Cambridge (Mass): Harvard University Press, 1984. Mas também em BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- ⁴¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*, citado, p. 18 ss.
- ⁴² Idem, *passim*.
- ⁴³ Cf. VEBLEN, Thorstein. *Teoria de la classe ociosa*. Trad. Vicente Herrero. 2ª ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1951; e ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa, Stampa, 1987.
- ⁴⁴ BOURDIEU, P. *In other words. Essays towards a reflexive sociology*. Trad. de M. Adamson. London: Polity Press, 1990, p. 131.
- ⁴⁵ BOURDIEU, P. *Distinction. A social critique of the judgment of taste*. Trad. de R. Nice. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1984, p. XIII.
- ⁴⁶ Ousei uma análise comparativa dessas duas matrizes teóricas em MALERBA, J. "Para uma teoria simbólica: conexões entre N. Elias e P. Bourdieu". In CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. Toda linha de raciocínio a seguir apóia-se fartamente em ELIAS, Norbert. *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta, 1994.
- ⁴⁷ Cf. os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos citados supra.
- ⁴⁸ Um artigo seminal, que antecipa todos os trabalhos de cunho epistemológico e teórico de Elias, como seu *Sobre el tiempo*, a "Transformação no equilíbrio nós-eu", *Engagement et distanciation* ou sua *Teoria simbólica*, é Elias. *Sociology of Knowledge: new perspectives. Part one. Sociology*, v. 5, n. 2, p. 149-168, 1971 e Elias. *Sociology of Knowledge: new perspectives. Part two. Sociology*, v. 5, n. 3, p. 355-370, 1971. Naquela primeira parte, fica desde já anunciado o entendimento de Elias do conhecimento como um processo de longo termo, baseado na transmissão socializada dos códigos culturais de geração em geração. Cf. ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. trad. Guillermo Hirata. México, Fondo de Cultura Económica, 1989; ELIAS, N. "Transformação no equilíbrio nós-eu". In: *A sociedade dos indivíduos*. trad. Mário Matos. Lisboa, Dom Quixote, 1993; ELIAS, N. *Engagement et distanciation; contributions à la sociologie de la connaissance*. Trad. Michèle Hulin. Paris: Fayard, 1993
- ⁴⁹ Sua discussão e crítica sobre o ato cognitivo na postura tradicional encontram-se em muitos trabalhos. Ver ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*, p. 79/80 e a "Introdução à edição de 1968", que se encontra anexa à edição brasileira de *O processo civilizador; uma história dos costumes*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Particularmente, são muito instigantes as sugestões de se pensar, numa atitude que antecipa um pouco a postura multi-culturalista, a ciência enquanto forma de conhecimento com um mesmo estatuto que outras formas; nesse sentido, "não existe a ciência separada da não ciência e o processo científico não se produz independentemente de outros processos de conhecimento da sociedade". Para ter-se uma abertura a esse tipo de sugestão, é preciso consentir que o conhecimento não é produzido por indivíduos isolados, e, mais que isso, que o conhecimento é um processo cumulativo na longuíssima duração. Cf. Elias.

Theory of Science and History of Science. *Economy and Society*, 1: 117-133, 1972. Cf. MALERBA, Jurandir. "Sobre Norbert Elias". In: MALERBA, J. (org.) *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

- ⁵⁰ Cf. ELIAS, *Teoria simbólica*, citado, p. 22. Essa discussão é retomada em diversos outros ensaios, como em *La soledad de los moribundos*, p. 69: "Todo ser humano se vincula a otros desde la temprana infancia aprendiendo a utilizar, como médío de emisión y recepción de mensajes, um código de símbolos específico de um determinado grupo, o dicho em otras palabras: una lengua". Cf. *La soledad de los moribundos*. Trad. Carlos Martín. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ⁵¹ Cf. Elias, *A sociedade dos indivíduos*, p. 101. Em Elias. *Sociology of Knowledge: new perspectives. Part one*. *Sociology*, v. 5, n. 2, p. 163, 1971, aponta-se para esse equívoco, que também é reproduzido pelos próprios cientistas: "Yet specialists for a sociology of knowledge usually attempt to build up general theories only from the evidence about the more subject-centred, more emotive non-scientific knowledge of society. Take into consideration equally subject-centred and emotive non-scientific types of knowledge of nature. The fact that the later too have many characteristics, and are in fact a specific type of what we today call 'ideology' escapes to them. They are probably misled by the very sharp classificatory division between these two fields of our eye, between 'nature' and 'society', which almost makes it appear as if these two fields had a separate and independent existence".
- ⁵² Cf. Elias. *Sociology of Knowledge: new perspectives. Part two*. *Sociology*, v. 5, n. 3, p. 356, 1971, onde Elias define sinteticamente a representação simbólica do sujeito coletivo do conhecimento: "To show this, to insist on the social character of knowledge, is the great merit of a sociological study of knowledge. As it has not been stated before explicitly and unambiguously, it may as well be stated here: the greater potential objected-adequacy of a sociological theory of knowledge compared with a philosophical theory of knowledge is essentially due to the different symbolic representation of the subject of knowledge characteristic of the two types of theories. In the one case the subject is what we symbolically represent as 'society' or, to make its dynamic character more visible, the continuous stream of figurations which human beings form with each other".
- ⁵³ Cf. Elias, *A sociedade dos indivíduos*, p. 163., Elias. *Sociology of Knowledge: new perspectives. Part one*. *Sociology*, v. 5, n. 2, p. 164-5, 1971. Esse tema é também retomado em Elias, *Sociology ad Psychiatry* In: FOULKES, S. H.; PRICE, G. S. (eds.). *Psychiatry in a changing society*. Londres: Tavistock, s.d., particularmente p. 158-159, onde retoma a distinção conceitual tênue entre fantasia e realidade e a importância da linguagem na socialização dos indivíduos.
- ⁵⁴ A longa duração; uma discussão do porque está em baixa nos últimos tempo a aceitação de modelos sociológicos processuais, frente à profusão de modelos estáticos fundados na estrutura e função, encontra-se em Elias. *The retreat of Sociologists into the present*. *Theory, Culture and Society*, v. 4, n 2-3, p. 223-249, 1987. Este número de *Theory, Culture and Society* é especialmente dedicado à obra de Elias, todo por sub-título "Norbert Elias and the Figurational Sociology".
- ⁵⁵ Elias pensa detidamente essa questão entre conhecimento e poder (desde a alfabetização até a detenção do monopólio do conhecimento por uma agência

centralizada de tipo estatal) em uma entrevista homônima concedida a Peter Ludes. Cf. Elias. Conocimiento y poder. In: *Conocimiento y poder*. Trad. Júlia Varela. Madrid: La Piqueta, s/d. Sobre o poder de nominar, ver CHAMORRO ARGUELLO, Graciela. Teologia e Representação: uma aproximação ecofeminista do monoteísmo. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. *Representações*, citado.

⁵⁶ Em *A sociedade dos indivíduos* Elias faz uma longa discussão sobre a necessidade da fantasia e da magia nas sociedades humanas. Desde priscas eras ela serviu para aliviar aos seres humanos do peso de sua incapacidade para controlar determinados fenômenos que de outra maneira não seriam capazes de controlar, como a fertilidades ou não dos solos e dos rebanhos, as intempéries (raios, inundações), epidemias e outras forças da natureza que afetavam diretamente sua vida. “A magia”, diz Elias, “através de pensamentos e ações e ações imaginárias, ajuda os seres humanos a atenuarem a insuportabilidade de uma situação em que como crianças se vêm entregues a forças enigmáticas e incontroláveis” (p. 98/99). Tal esfera da sociabilidade humana é muito marcante nas atitudes das diversas sociedades diante da morte e para com seus moribundos. Ver *La soledade de los moribundos*, citado.

⁵⁷ Inspirou-me essa analogia entre Ricouer e Rösen a conferência proferida pelo Prof. José Carlos Reis no *I Colóquio de História da Historiografia e Teoria da História*, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora em Agosto de 2006.

⁵⁸ Cf. HELLER, Agnes. *Teoria de la Historia*. 5 ed. Trad. Javier Honorato. México: Fontamara, 1997; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*. Para uma semântica de los tiempos históricos. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993; RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília : UnB, 2001, p. 129.

⁵⁹ Cf. RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*, citado, p. 54.

⁶⁰ Cf. o diagrama elaborado por Rösen, *op. cit.*, p. 35.

⁶¹ Idem, p. 63.

⁶² “A consciência histórica constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana.” Idem, p. 65. A relação entre construção da memória e identidade foi formulada numa perspectiva hermenêutica por Paul Ricouer. Cf. RICER, Paul. *La Mémoire, L’Histoire, L’Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000; RICER, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança M. César. Campinas: Papyrus, 1994-96. 3. t

Bibliografia citada

ANDERSON, Perry. **A zone of engagement**. Londres: Verso, 1992.

ANDERSON, Perry. Estrutura e sujeito. In: **A crise da crise do marxismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANKERSMIT, F. “Six Theses on Narrativist Philosophy of History”. In: ANKERSMIT, Frank. **History and tropology**. Berkeley, University

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 12, n. 1,
p. 41-78, 2006

of Califórnia Press, 1994.

ANKERSMIT, F; KELLNER, H. (eds.). **A New Philosophy of History**. Londres: Reaktion Books, 1995.

ANKERSMIT, Frank. **History and tropology**. Berkeley, University of Califórnia Press, 1994.

BAILYN, Bernard. "The Challenge of Modern Historiography", **American Historical Review**, v. 87, p. 1-24, 1982.

BARTHES, R. "The discourse of history" In: Jenkins, Keith (org). **The postmodern History reader**. Londres/Nova York: Routledge 1997.

BERKHOFER Jr, Robert. "The Challenge of Poetics to (Normal) Historical Practice" In: JENKINS, Keith (org). **The postmodern History reader**. Londres/Nova York: Routledge 1997.

BERMANN, M. **Tudo o que é solido desmancha no ar**. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BLOCH, Marc. **Apologfa para la historia o el oficio de historiador**. Edição crítica de Étienne Bloch. Apresentação Carlos A. Aguirre Rojas. Prefacio Jacques Le Goff. Trad. María Jiménez e Danielle Zaskvsky. México: INAH/Fondo de Cultura Económica, 1996.

BOURDIEU, P. **Distinction. A Social critique of the Judgement of Taste**. Trad. R. Nice. Cambridge (Mass): Harvard University Press, 1984.

BOURDIEU, P. **In other words**. Essays towards a reflexive sociology. Trad. de M. Adamson. London: Polity Press, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BOWLING, John R, STROMBERG, Peter G. Representation and Reality in the Studie of Culture, **American Anthropologist**, 99(1):123-134, 1997.

CALLINICOS, Alex. **Theories and Narratives. Reflections on the Philosophy of History**. Cambridge: Polity Press, 1995.

CARDOSO, C. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ciro. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. **Diálogos**, Maringá, n. 02, p. 47-64, 1998. (reeditado em CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005).

CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005 .

CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. **Representações: contribuição a**

um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARR, David. "Getting The Story Straight: Narrative and Historical Knowledge". In: TOPOLSKY, Jerzy. (ed.) **Historiography Between Modernism and Postmodernism**. Amsterdã: Rodopi, 1994.

CARR, David. "Narrative and the Real World: an Argument for Continuity, **History & Theory**, p. 117-131, 1986;

CARR, E. H. **O que é história?** 6 ed. Trad. L. M. De Alverga. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989, p. 22.

CARROLL, Noël. "Interpretation, History and Narrative", **The Monist**, v. 73, p. 134-166, 1984;

CHAMORRO ARGUELLO, Graciela. Teologia e Representação: uma aproximação ecofeminista do monoteísmo. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

DOMANSKA, Ewa. "Hayden White: Beyond Irony", **History & Theory**, v. 37, n. 2, p. 177-181, 1998.

DRAY, William. "Narrative and Historical Realism". In: **History and Philosophers of History**. Leiden/Nova York: E. J. Brill, 1989.

ELIAS, N. "Introdução à edição de 1968". In: **O processo civilizador; uma história dos costumes**. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, N. "Transformação no equilíbrio nós-eu". In: **A sociedade dos indivíduos**. trad. Mário Matos. trad. Mário Matos. Lisboa, Dom Quixote, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa, Stampa, 1987.

ELIAS, N. **Engagement et distanciation; contributions à la sociologie de la connaissance**. Trad. Michèle Hulin. Paris: Fayard, 1993.

ELIAS, N. **La soledad de los moribundos**. Trad. Carlos Martín. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ELIAS, N. **Sobre el tiempo. Sobre el tiempo** trad. Guillermo Hirata. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

ELIAS, N. Sociology ad Psychiatry . In: FOULKES, S. H.; PRICE, G. S. (eds.). **Psychiatry in a changing society**. Londres: Tavistock, s.d.

ELIAS, N. Sociology of Knowledge: new perspectives. Part one. **Sociology**, v. 5, n. 2, p. 149-168, 1971.

ELIAS, N. Sociology of Knowledge: new perspectives. Part two. **Sociology**, v. 5, n. 3, p. 355-370, 1971.

ELIAS, N. The retreat of Sociologists into the present. **Theory, Culture and Society**, v. 4, n 2-3, p. 223-249, 1987.

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 12, n. 1,
p. 41-78, 2006

ELIAS, N. Theory of Science and History of Science. **Economy and Society**, 1: 117-133, 1972.

ELIAS, N; Peter Ludes. Conocimiento y poder. In: **Conocimiento y poder**. Trad. Júlia Varela. Madrid: La Piqueta, s/d.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**, trad. Mário Matos. Lisboa, Dom Quixote, 1993

ELY, Richard. Mandelbaum on Historical Narrative: a Discussion”, In: ROBERTS, Geoffrey (ed.). **The History and Narrative Reader**. Londres/Nova Yorque: Routledge, 2001.

FALCON, Francisco J.C. História e representação. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, J **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

GALLIE, W. B. “Narrative and Historical Understanding”. In ROBERTS, Geoffrey (ed.). **The History and Narrative Reader**. Londres/ Nova Yorque: Routledge, 2001.1

GINZBURG, Carlo. “O extermínio do judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

HELLER, Agnes. **Teoria de la Historia**. 5 ed. Trad. Javier Honorato. México: Fontamara, 1997.

HINDESS, Barry, HIRST, Paul. **Modos de produção pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IGGERS, G. **Historiography in the 20th century**. Hanover/ London: Wesleyan Universitu Press, 1997.

JENKINS, K. **A história repensada**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: contexto, 2001.

JENKINS, K. Introduction: On Being Open about our Closures”. In: JENKINS, K. (org). **The postmodern History reader**. Londres/Nova York: Routledge 1997.

JENKINS, K. (org). **The postmodern History reader**. Londres/Nova York: Routledge 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para uma semântica de los tiempos históricos. Trad.Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993

KUZMINSKI, Adrian. “Defending Historical Realism”, **History & Tehory**, v. 18, n. 3, p. 316-349, 1979.

Lyotard, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. José Bragança de Miranda Lisboa: Gradiva, 1989.

MALERBA, J. “Para uma teoria simbólica: conexões entre N. Elias e P. Bourdieu”. In CARDOSO, Ciro; MALERBA, J. **Representações: con-**

tribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

MALERBA, J. "Teoria e história da historiografia". In: MALERBA, J. (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALERBA, Jurandir. "Sobre Norbert Elias". In: MALERBA, J. (org.) **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996.

MANDELBAUM, Maurice. "A Note on History as Narrative". In: ROBERTS, Geoffrey (ed.). **The History and Narrative Reader**. Londres/ Nova York: Routledge, 2001.

MINK, Louis. "Narrative Form as a Cognitive Instrument". In: CANARY, R.H.; KOZICKI, H. (eds.). **The Writing of History**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.

NORMAN, Andrew P. "Telling It Like It Was: Historical Narratives on Their Own Terms", **History & Theory**, p. 119-135, 1991.

PIETERS, Jurgen. "New Historicism: Postmodern Historiography Between Narrativism and Heterology", **History & Theory**, v. 39, n. 1, p. 21-38, 2000.

PULINO, Lucia Helena. Richard Rorty e a questão das representações em filosofia. In: CARDOSO, Ciro, MALERBA, J. **Representações**. Campinas: Papyrus, 2000.

RICCER, Paul. **La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RICCER, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança M. César. Campinas: Papyrus, 1994-96. 3 t.

RÜSEN, J. **Studies in Metahistory**. Pretoria: Humana Sciences Research Council, 1993.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília : UnB, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3 ed. Porto: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7 ed. Porto: Afrontamento: 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa.. **Toward a new common sense**. Londres: Routledge & Keagan Paul, 1995.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Trad. Maria Paula Duarte. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STONE, Lawrence; SPIEGEL, G. "History and Postmodernism", **Past & Present**, n. 135, p. 189-208, 1992.

TOPOLSKY, Jerzy. (ed.) **Historiography Between Modernism and**

A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 41-78, 2006

Postmodernism. Amsterdã: Rodopi, 1994.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria de la classe ociosa.** Trad. Vicente Herrero. 2^ª ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1951.

WHITE, H. "Enredo e verdade na escrita da história". In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

WHITE, H. "The Historical Text as Literary Artifact". In: CANARY, R.H.; KOZICKI, H. (eds.). **The Writing of History.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.

WHITE, H. Historical emplotment and the Problem of Truth. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.) **Probing the Limits of Representation/ Nazism and the Final Solution.** Cambridge (Ms)? Harvard University Press, 1992. (reeditado como "Enredo e verdade na escrita da história". In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.)

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992;

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso.** São Paulo: Edusp, 1994.

WILLIAM DRAY. "On the Nature and Role of Narrative in History" In: **On History and Philosophers of History.** Leiden/Nova York: E. J. Brill, 1989.

ZAGORIN, Perez. History, the Referent, na Narrative: Reflections on Postmodernism Now. *History and Theory*, 38(1):1-24, fev 1998.

Artigo recebido em 2 de agosto de 2006 e aprovado em 8 de novembro de 2006